

Contas públicas, um desafio que se mantém

Segundo estimativas do mercado, déficit público no fim de dezembro deverá ficar em 8,2% do PIB

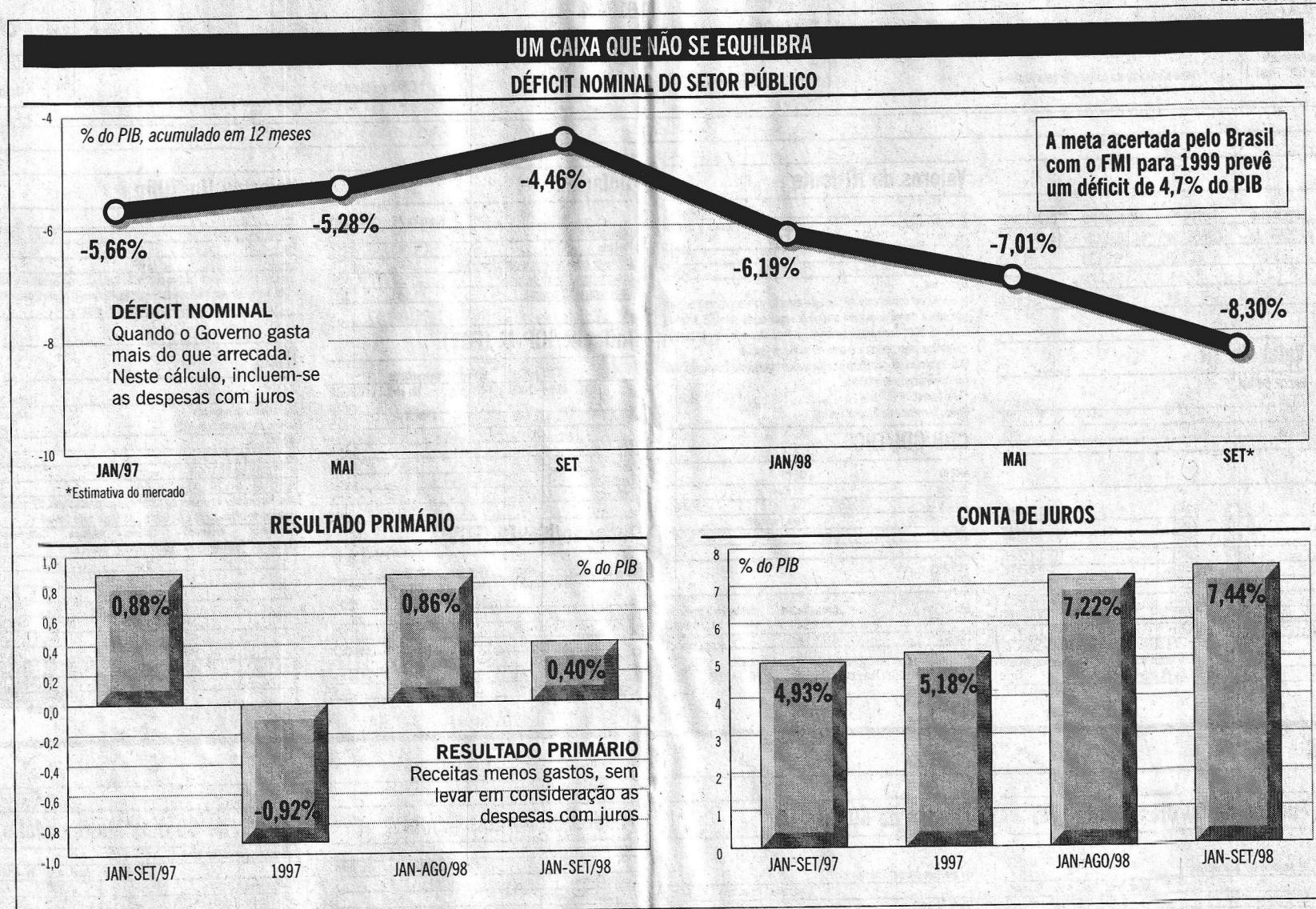
Editoria de Arte

• BRASÍLIA. O déficit das contas públicas foi o grande problema econômico do Governo em 1998 e continuará sendo em 1999 um dos principais obstáculos a ser superado. Apesar de todas as promessas de redução do desequilíbrio fiscal, o déficit consolidado do setor público — que inclui as contas de Governo federal, empresas estatais, estados e municípios — cresceu mais de 30% ao longo do ano. No fim de 1997, o déficit equivalia a 6,12% do Produto Interno Bruto (PIB). No acumulado do ano, em setembro, de acordo com dados do Banco Central, já tinha subido para 7,04% do PIB. Segundo estimativas do mercado financeiro, no fim de dezembro a conta deverá ficar ao redor de 8,2% do PIB.

Meta é reduzir déficit para 4,7% do PIB no fim de 1999

Esses números se referem ao déficit nominal, que inclui os gastos do setor público com o pagamento de juros da dívida pública. No acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca da ajuda internacional de US\$ 41 bilhões, o Governo se comprometeu a reduzir o déficit para 4,7% do PIB no fim de 1999.

O pacote fiscal de R\$ 28 bilhões anunciado no fim de outubro é um dos principais instrumentos que o Governo vai utilizar para conseguir essa redução, mas, mesmo que consiga implementar todas as medidas do pacote, o cumprimento da meta não estará assegurado se não houver redução expressiva dos juros ao longo de 1999. Foram justamente as altas taxas de juros que provocaram a expansão acentuada do déficit ao longo de 1998. Somente



com o pagamento de juros, o Governo gastou 7,44% do PIB de janeiro a setembro deste ano.

Em outubro de 1997, quando eclodiu a crise da Ásia, o Governo anunciou um pacote de 51 medidas fiscais que, entre redução de gastos e aumentos de impostos, deveria produzir um impacto fiscal positivo de R\$ 20 bilhões nas

contas públicas. O anúncio do pacote, adotado junto com um violento aumento dos juros, conseguiu acalmar os mercados e estancar temporariamente a saída de dólares do país. Mas nos meses seguintes, o Governo cedeu às dificuldades políticas e acabou não implementando todas as medidas do pacote.

Por essa razão, a crise da Rússia, em agosto passado, pegou o país numa situação mais vulnerável do que a de outubro de 1997. O Governo, que esperava a aprovação da reforma da Previdência e de outras medidas pelo Congresso para iniciar um processo gradativo de redução do déficit, teve que aprovar às pressas um

novo pacote fiscal e voltou a aumentar os juros. Dessa vez, porém, isso não foi suficiente para recuperar a credibilidade dos investidores internacionais, que continuaram retirando recursos do país. Somente em setembro, as reservas caíram US\$ 20 bilhões e o Governo teve que pedir socorro ao FMI. ■